



## **MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL**

### **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 1 DE FEVEREIRO DE 2018.**

**Nº. 3/2018**

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 21,10 horas.

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Procedeu o Sr. Presidente à entrega das respostas dadas aos Srs. Vereadores da CDU às perguntas feitas pelos mesmos na última reunião, que a seguir se transcrevem e cujos documentos que as integram se anexam à presente ata:

- **Requalificação da Escola Secundária de Castro Verde:**

Sobre o assunto em epígrafe e na sequência das questões formuladas pelos Senhores Vereadores, tem a honra de informar o seguinte:

1.- O atual executivo municipal não tem em seu poder, nem existe tal registo na Câmara Municipal, qualquer informação sobre o alegado “diagnóstico muito detalhado sobre as condições físicas” da Escola Secundária de Castro Verde (ESCV). Eventualmente, esse registo estará “arquivado” algures pelo anterior executivo! Na CMCV ... não está!

2.- Pela razão atrás apontada, o atual executivo, na impossibilidade de avaliar as propostas apresentadas anteriormente, teve de iniciar de novo este processo e entendeu que seria útil e importante reunir com a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação.

3.- Entendemos muito bem que, de facto, o Parque Escolar de Castro Verde tem a realidade que tem, muito graças à visão (boa ou má!) dos anteriores executivos municipais da CDU. Connosco, seria certamente diferente, mas o que está feito está feito e, por isso, cada um deve assumir as suas responsabilidades. Aliás, teria sido muito útil para Castro Verde que, com a extraordinária “competência e visão de futuro” do anterior executivo municipal, tivesse sido possível considerar

“as perspectivas de evolução do número de alunos” ou “as características e necessidades da atual oferta formativa”. De facto, todos sabemos muito bem, não foi isso que aconteceu!

4.- Neste quadro, lamentamos muito que o “conhecimento, competência e sobretudo a visão do “futuro” do anterior executivo da CDU tenha contribuído para adiar soluções e emperrar o processo de requalificação da ESCV. Disso, objetivamente, já ninguém tem dúvidas!

5. - Os termos de referência, o programa de com curso, o caderno de encargos, o lançamento do concurso e a entidade que vai adjudicar a obra fazem parte dos conteúdos de negociação com o Ministério da Educação mas, oportunamente e com a transparência a que estamos obrigados, seja com os vereadores da oposição, com os eleitos da Assembleia Municipal ou com a comunidade em geral, teremos muito gosto em prestar e tornar pública toda a informação disponível e que seja sólida.

6. - O mesmo se aplica relativamente aos resultados da avaliação e calendarização deste processo que, reiteramos, serão oportunamente comunicados nos órgãos municipais, à população e devidamente registados e arquivados na CMCV para consulta dos eleitos, independentemente de serem os atuais ou outros.”

- **Abate de eucaliptos:**

“Em resposta às Vossas questões sobre a matéria em epígrafe informo que, a intervenção realizada num conjunto de árvores em S. Marcos da Ataboeira decorreu, em primeiro lugar, de uma solicitação da Junta de Freguesia local (anexo 1), reforçada por outros munícipes no encontro promovido pelo executivo autárquico na sede da Junta de Freguesia por ocasião da recolha de contributos para o Orçamento e Opções do Plano da Câmara Municipal para o ano de 2018. Em causa não estiveram questões fitossanitárias das árvores intervencionadas, mas sim a queda de grandes pernadas que, por mais do que uma vez colocaram em perigo pessoas e bens. Neste particular ocorreram danos em bens de terceiros, com consequências financeiras para a Câmara Municipal de Castro Verde. Por outro lado, também aqui as questões de matéria ambiental têm um peso significativo, visto tratar-se de árvores cujo enorme porte tem uma relação direta com o consumo de água e a extensão invasiva das suas raízes. Estas mesmas raízes eram a origem de problemas de funcionamento do sistema de rega ali instalado.

O Município de Castro Verde, em conjunto com a Junta de Freguesia de São Marcos da Ataboeira, irá operar uma intervenção no local, focada nos princípios da sustentabilidade ambiental, valorização do espaço e qualidade na fruição do espaço público pelos munícipes.

Na localidade de Entradas a intervenção surgiu em apenas uma árvore, motivada por solicitações feitas junto da Câmara Municipal e pela observação, *in loco*, da perigosidade que o porte de algumas pernadas que, entretanto, haviam caído constituíam para pessoas e bens que ali circulam diariamente, para além das questões ambientais atrás aludidas para a situação de São Marcos da Ataboeira.

Em ambos os casos foi ponderado realizar apenas um desbaste das árvores, constituindo esta opção um mero paliativo para alguns dos problemas aqui mencionados, a que acresceu a necessidade do município contratar meios externos para realizar estas intervenções, com os custos que lhe estão inerentes (anexo 2). Não sendo esta a questão mais determinante, não deixa de ter relevância quanto ao princípio da boa gestão dos dinheiros públicos.

Também ao nível do pavimento, em ambos os casos, o dano provocado pelas árvores implica a mobilização de meios humanos, materiais e financeiros que importa minimizar.

Por último, mas não despidendo, estas intervenções, certamente, em nada terão sido diferentes do espírito que terá presidido a anteriores intervenções (anexo 3), idênticas às que agora tiveram lugar.

Certamente que, como os tempos são outros, assim também o são as opiniões.”

- **Utilização de herbicidas:**

“Em resposta às questões colocadas referentes ao tema em “Assunto” informo que as intervenções que estão a ser realizadas nos espaços públicos não recorrem à utilização de herbicidas. Em alternativa está a ser aplicada uma solução composta por vinagre, sonasol verde, água e sal.”

Interveio a seguir o Sr. Vereador Francisco Duarte tendo o mesmo feito reparos a algumas das afirmações e insinuações proferidas pelo Sr- Presidente da Câmara em entrevista dada ao jornal “Correio Alentejo” sobre a situação financeira da Autarquia e da não entrega atempada da resposta às informações que solicitou sobre a mesma, o que não permite que as comente nesta reunião, como era seu desejo.

Sugeri que futuramente as respostas dadas aos requerimentos apresentados pelos Vereadores da CDU sejam entregues com os documentos para a reunião da Câmara Municipal.

Perante esta observação, o Sr. Presidente lembrou que no anterior mandato nem sempre foi cumprido esse prazo, tendo o Sr. Vereador Duarte solicitado que lhe fosse facultada uma listagem dos requerimentos entregues pelos eleitos do PS com as datas das respetivas respostas.

Alertou o Sr. Vereador Francisco Duarte para a falta de resposta ao que solicitou sobre as candidaturas a Fundos Comunitários e da resposta dada à ERSAR acerca do tarifário de água e saneamento.

Relembrou que a decisão sobre o tarifário de água e saneamento não foi publicitada, tendo o Sr. Presidente afirmado que não faz sentido uma vez que não houve alterações.

Deu o Sr. Presidente da Câmara conhecimento da recente eleição do Sr. Dr. José Francisco Colaço Guerreiro no cargo de Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

Deu igual conhecimento do incêndio ocorrido no Lar de Entradas e das démarches feitas para o alojamento dos idosos no Hotel Vila Verde, até ser reposta a normalidade das respetivas instalações.

O Sr. Vereador Francisco Duarte informou que acompanhou de perto a situação e que a solução encontrada para o alojamento temporários dos utentes foi das melhores e que se deve realçar a disponibilidade e boa vontade do Sr. Carlos Botelho, proprietário do referido Hotel.

Solicitou ainda o Sr. Vereador Duarte que lhe fosse facultada a exposição feita à Autoridade Tributária Aduaneira sobre a derrama, assim como cópia dos Mapas de Apuramento Mensal que a mesma entidade faculta.

## ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente.

## ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- **Informações:**

Tomou a Câmara conhecimento da declaração, emitida pelo Chefe da Divisão de Administração e Finanças, para os efeitos do disposto no art.º 15º da Lei nº. 8/2012, de 21 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº. 22/2015, de 17 de março, em que declara:

- a) Todos os cabimentos e compromissos existentes à data de 31 de dezembro de 2017, encontram-se devidamente registados nos nossos programas informáticos, Sistema de Gestão de Stocks - GES e Sistema de Contabilidade Autárquica - SCA;
- b) Junta em anexo, o mapa dos recebimentos em atraso, à data de 31 de dezembro de 2017, num total de 54.266,30 €.
- c) Não existem pagamentos em atraso.

- **Expediente:**

Tomou a Câmara conhecimento dos “e-mails” do Grupo Parlamentar “Os Verdes” dando conhecimento da pergunta que dirigiu ao Ministério da Educação sobre a necessidade de requalificação do edifício da Escola Secundária de Castro Verde; e do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, dando conhecimento da aprovação do projeto de Resolução que apresentou na Assembleia da República sobre o “Acesso dos municípios aos Fundos Comunitários para investimento no Ciclo Urbano da Água.”

## DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

### 1.- Mapa centralizador da receita e despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao período de 1 a 31 de Janeiro de 2018, o qual apresenta os seguintes saldos:

- **Operações orçamentais:**

Saldo do ano de 2017	185.669,35 €
Receitas cobradas	726.702,40 €
Soma	912.371,75 €
Despesas realizadas	765.484,01 €
Saldo em 31.01.2018	146.887,74 €

- **Operações de Tesouraria:**

Saldo do ano de 2017	251.447,84 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	56.217,83 €
Soma	307.665,67 €

Op. Extra. Orçamentais – Saídas	60.197,14 €
Saldo em 31.01.2018	247.468,53 €

- Disponibilidades

Caixa	37.174,91 €
Fundos de Maneio	2.500,00 €
Instituições Bancárias	354.681,36 €
Total das disponibilidades em 31.01.2018	394.356,27 €
Documentos	19.553,34 €
Total de movimentos de tesouraria em 31.01.2018	413.909,61 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 31 de Janeiro de 2018: 702.221,95 €

Tomou a Câmara Municipal igualmente conhecimento do resumo diário de tesouraria à data de 31 de Janeiro findo.

## 2. - 2ª. alteração a efetuar ao Orçamento e Opções do Plano – 2018:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando a necessidade de se fazer uma alteração aos documentos previsionais do ano de 2018, e que esta implica o reforço de algumas rubricas e a redução de outras.

Considerando que tal situação nos obriga a que formalmente precisemos de autorização do Órgão Executivo, cf. dispõe o artº 33º/1 al. d) da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro.

Formalmente, proponho que a Câmara Municipal, de acordo com o preceito legislativo, aprove na próxima reunião, a alteração nº. 2 dos documentos previsionais de 2018 (Orçamento e Gop,s).

Posto isto, o Sr. Vereador Francisco Duarte solicitou diversa informação sobre a alteração orçamental e face a algumas dúvidas na respetiva resposta, sugeriu que as próximas alterações orçamentais se fizessem acompanhar de informação pormenorizada ou se for caso disso a presença na reunião de Câmara do Sr. Chefe de Divisão de Administração e Finanças.

Apreciada a proposta de alteração ao Orçamento e Opções do Plano, foi a mesma submetida a votação, tendo a Câmara deliberado, por maioria com as abstenções dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, aprová-la, ficando os respetivos documentos anexos à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

## 3. - Doação de lote de terreno ao Lar Frei Manoel das Entradas:

Apreciou a Câmara o pedido formulado pela Direção do Lar Frei Manoel das Entradas, solicitando a doação do lote de terreno anexo à sua Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) tendo em vista a construir, no mesmo, uma arrecadação e um espaço para dar resposta a uma lacuna existente no lar que consiste na inexistência de um local onde colocar os corpos dos utentes, quando há um falecimento e se aguardam os procedimentos legais.

Solicita igualmente o apoio desta Autarquia para a elaboração do respetivo projeto de arquitetura.

Sobre a presente petição, prestou o Sr. Chefe da Divisão e Administração e Finanças, a seguinte informação:

“Na sequência do despacho de Ex<sup>a</sup>. datado de 25 de janeiro de 2018, passamos a expor:

1º. - Solicita a Direção do Lar Frei Manoel das Entradas, cf. documento em anexo, a doação de um lote de terreno junto à ERPI (Estrutura Residencial para Idosos), para construção de uma arrecadação e de outro espaço para resposta ao depósito de cadáveres quando do falecimento dos seus utentes.

2º. - A Lei não prevê a doação de imóveis, prevendo sim a aquisição, alienação ou a oneração de imóveis, cf. o disposto no art.º 32º/1-g), do Anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro;

3º. - A entidade em causa, naturalmente que será considerada como daquelas que prosseguem fins de interesse do Município, dada a sua dimensão social e até económica para o concelho de Castro Verde;

4º. - Mas o legislador vem a admitir por parte da Câmara Municipal formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, sem dizer quais, bem como a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, cf. art.º 32º/1-o) e p) do mencionado diploma;

5º.- Admite ainda a lei o apoio a atividades de natureza social ou outra de interesse para o município, cf. art.º 32º/1-u) do referido regime;

Assim, face ao exposto, se considerarmos a doação do terreno como um apoio em espécie, a uma entidade de solidariedade social, cf. o disposto nos artigos atrás mencionados, parece possível a doação do prédio ao Lar Frei Manoel das Entradas”.

Apreciado o assunto, onde o Sr. Vereador Francisco Duarte considerou a informação pouco esclarecedora sobre este pedido e alertou que devem ser acautelados os termos da doação em causa, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, doar ao Lar Frei Manoel das Entradas o lote de terreno, anexo às referidas instalações, sito na Rua Álvaro Cunhal, com a área de 392 m2 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo nº. 936.

#### **4.- Emissão de parecer prévio para a renovação de contrato de aquisição de serviços:**

Na sequência da fundamentação apresentada pelo Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, emitir parecer prévio favorável, em conformidade com o disposto no nº.6 do art.º 61º da Lei nº.114/2017, de 29 de Dezembro (LOE 2018), para a renovação do contrato de prestação de serviços, por ajuste direto (regime geral), de leitura dos contadores de água ao domicílio dos diversos consumidores em toda a área do concelho e ainda tratamento dos dados para a emissão das respetivas faturas, celebrado com José Maria Nobre Gil, pelo valor mensal de 875,00 €, por um período de um ano.

#### **5.- Ratificação da emissão de licenças especiais de ruído:**

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara os atos das decisões que tomou relativamente às licenças especiais de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro, a Fernando Martins da Silva, em

representação da Sociedade Recreativa e Filarmónica 1º de Janeiro, para realização de bailes nas suas instalações, sitas na Rua Morais Sarmento nº.69, em Castro Verde, das 22,30 às 4 horas, no período de 27 de Janeiro a 24 de Fevereiro; e a Marco Gabriel Graça Constantino para a realização de música ao vivo na Café 7ª. Arte, sito na Rua Fialho de Almeida nº.2, em Castro Verde, das 23 às 3 horas, no período de 26 de Janeiro a 23 de Fevereiro, em cada dia em que pretendam realizar o evento.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar a concessão das referidas licenças especiais de ruído.

## **DIVISÃO DE OBRAS, GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL**

### **Obras particulares:**

#### **1.- Projeto de arquitetura:**

Apreciou a Câmara e, com base no parecer prestado pelo Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente aprovar o projeto de arquitetura apresentado por Carlos Santos de Almeida para construção de instalações de apoio agrícola no Monte Novo do Outeiro, na União de Freguesias de Castro Verde e Casével.

#### **2. - Caducidade de processos de obras particulares:**

Com base na informação da Secção de Licenciamento de Urbanização e Edificação, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, declarar a caducidade dos seguintes processos de obras, na medida em que já expiraram os prazos estabelecidos para os requerentes se pronunciarem e, nos termos do nº.5 do Art.º 71º do Decreto-Lei nº.555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº.136/2014, de 9 de setembro, estão reunidos todos os requisitos para ser declarada a sua caducidade:

- PO nº.27/2015, de COSA – Criação de Ovinos de São Marcos da Ataboeira, para construção de armazém agrícola no Monte da Apariça.
- PO nº.11/2015, da Sociedade Agrícola do Touril e Rolão Ld.ª, para construção de casão agrícola no Monte do Rolão.
- PO nº.4/2016, de Neusa Maria Martins Mira Lopes Inácio, para construção de uma habitação na Rua de Santa Bárbara nº.50, em Castro Verde.
- PO nº.14/2016, de CTMSR – Centro Técnico de Molas e Seg. Rodoviária Ld.ª. para legalização de edifício na Rua dos Celeiros nº.4, na Estação de Ourique.

#### **3. - Constituição de compropriedade de prédio rústico – Correção de áreas:**

Na sequência da emissão de parecer favorável emitido por esta Câmara Municipal, na sua reunião realizada no dia 26 de Outubro do ano findo, para a constituição de compropriedade do prédio rústico, denominado Herdade dos Montinhos, inscrito na matriz predial sob o artigo nº. 45, Secção B, da freguesia de Santa Bárbara de Padrões, vem o requerente, Edmundo Afonso Martinho, solicitar a correção de áreas do fracionamento, ficando o prédio supra citado dividido em dois, a saber:

- Fração A: com a área de 50.910 ha, que ficará propriedade de Edmundo Afonso Martinho, e a fração B, com a área de 59.440 ha, que ficará pertença de Manuel Cortes Mestre e esposa Floripa Joaquina Martinho.

A Câmara, em face da informação da Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental, deliberou, por unanimidade e nominalmente, emitir parecer favorável à correção das áreas da constituição da

compropriedade para os fins em causa, na medida em que não se verificam os pressupostos fundamentais previstos no n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto.

## **DIVISÃO DE ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

### **1. - Prorrogação do valor de cálculo da capitação para atribuição do cartão social:**

Apreciou a Câmara a seguinte informação da Divisão de Ação Social, Educação, Cultura e Desporto:

“O Município aprovou em 18 de Fevereiro/2009, algumas medidas anti-crise introduzidas como forma de combate à pobreza. Neste âmbito foram aprovadas algumas medidas, nomeadamente referentes à atribuição/alargamento do Cartão Social, incutindo desta forma algumas alterações. O documento/proposta faz referência ao ano 2009, tendo sido prorrogado nos anos seguintes.

Desta forma para o cálculo da Capitação do Cartão Social, passou a ser considerado o valor dos Indexantes aos Apoios Sociais: escalão A - 428,90 e para o escalão B - 1.2 de 428,90 de acordo com o artigo 2.º da portaria n.º 21/2018.

Mais se informa, que em termos de capitação, quando os rendimentos do agregado familiar são instáveis, os processos serão analisados com base nos rendimentos dos últimos 3 meses que antecedem ao pedido do Cartão Social e quando os rendimentos do agregado familiar são estáveis, calcula-se a capitação com base nos rendimentos anuais líquidos.

Desta forma solicita-se a V. Excelência que se pronuncie sobre o assunto o assunto, visto que é necessário clarificar o suporte legal a aplicar na análise dos processos de Cartão Social.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, prorrogar no ano em curso o valor do cálculo da capitação para atribuição do cartão social conforme informação da Divisão de Ação Social, Educação e Desporto, acima descrita.

### **2. - Constituição da Comissão de Análise para atribuição dos Apoios Económicos aos Estudos do Ensino Superior:**

Deu o Sr. Presidente conhecimento da informação emitida pela Divisão de Ação Social, Educação, Cultura e Desporto e do despacho que proferiu sobre o mesmo assunto e que a seguir se transcrevem:

“De acordo com o Regulamento para Apoios Económicos aos Estudos do Ensino Superior, aprovado em reunião de Câmara no dia 9 de Novembro 2011 e pela Assembleia Municipal no dia 22 de Dezembro de 2011, caberá a uma comissão de análise a seleção dos candidatos, assim de acordo com o ponto 1 do artigo n.º 5, deve o Presidente nomear a comissão de análise para que se proceda a seleção dos candidatos.

Face ao exposto, deixo à consideração superior,“

“Despacho

Nos termos do n.º 1 do artigo 5º do Regulamento para Apoios Económicos aos Estudos do Ensino Superior, determino que a Comissão de Análise das Bolsas de Estudo seja composta pelos seguintes elementos:

Susana Paula Trindade Figueira.

Maria Manuela Revés Florêncio.

Filipe Manuel Patrício Mestre.



Alda Maria de Jesus Cabral Mestre.  
Ana Cristina Revés de Brito Martins.

**3.- Ratificação do protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e a ART., para participação nos transportes aos jovens que frequentam a instituição e se deslocam para as escolas do concelho.**

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o protocolo de colaboração que celebrou com a ART. – Associação de Respostas Terapêuticas, com sede na Horta da Nora, da União de Freguesias de Castro Verde e Casével, para a participação nos transportes dos jovens que frequentam a instituição e se deslocam para as escolas da sede do concelho:

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, ratificar o protocolo em causa, celebrado com a ART. - Associação de Respostas Terapêuticas, cujo documento se anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito.

**PERIODO RESERVADO Á INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Estiveram presentes três jovens que não fizeram qualquer intervenção, tendo o executivo se congratulado por ver um público jovem a acompanhar os respetivos trabalhos.

**APROVAÇÃO EM MINUTA**

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

**ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS**

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 22,25 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º, do anexo I, à Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.